

CADERNO PRINCIPAL

JORNAL DA LIDERANÇA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADO

PTB NA
CÂMARA

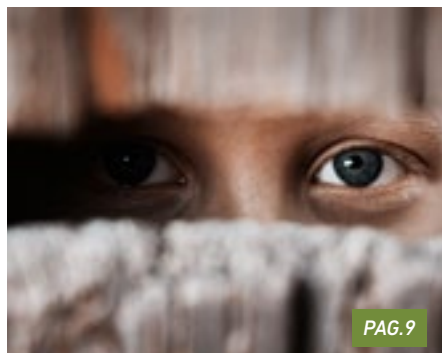
ATUAÇÃO DO PTB FOI FUNDAMENTAL PARA MELHORAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DECLARA **MARCELO MORAES**



APROVADO PROJETO DE **PEDRO LUCAS** QUE PREVÊ VALOR IGUAL PARA PRÊMIO DE HOMEM E MULHER NO ESPORTE



EDUARDO COSTA INCENTIVA FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA



PROPOSTA DE **DZIEDRICKI** CRIA CADASTRO NACIONAL DE PEDÓFILOS



EUTANÁSIA NÃO: **BENGTSON** QUER TRATAR CÃES COM LEISHMANIOSE

EXPEDIENTE

Líder do PTB:

Pedro Lucas Fernandes

Chefe de Gabinete:

Cilison Souza

Assessoria de Imprensa:

Regina Mesquita

Renata Tôrres

Assistente:

Raquel Souza

Estagiário (Jornalismo):

Carlos Xavier

Fotógrafo:

João Ricardo

Diagramação:

Raquel Souza

Projeto gráfico:

Lucas Ramalho

**O PTB NA CÂMARA
TAMBÉM É DIGITAL.
ACESSE E FIQUE
POR DENTRO:**



facebook/ptbnacamara



instagram/ptbnacamara



youtube/ptbnacamara



Twitter/ptbnacamara



flickr/liderancaptb



+55 (61) 98561-0382



+55 (61) 3215-9503



imprensa@ptbnacamara.com.br

www.ptbnacamara.com.br

PEDRO LUCAS: COMISSÃO APROVA PRÊMIOS IGUAIS PARA HOMENS E MULHERES EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou projeto de lei do líder do PTB, deputado Pedro Lucas Fernandes (MA), que garante valores de premiações iguais para homens e mulheres nas competições esportivas em que exista uso de recursos públicos (PL 1416/19). “A proposta é um grande estímulo para transformar o esporte em algo

mais justo”, afirma.

Segundo o texto aprovado, as entidades sem fins lucrativos que integram o Sistema Nacional do Desporto só poderão receber recursos do governo federal – tanto da administração direta, quanto da indireta – caso garantam isonomia nos valores pagos a atletas homens e atletas mulheres nas premiações concedidas nas competições.

“A diferença salarial entre gêneros, tão comum no mundo empresarial, também é uma realidade no mundo desportivo. Essa situação não combina com o princípio da igualdade que está consagrado na Constituição Federal”, destaca Pedro Lucas.

O parlamentar afirma que a situação do Brasil nesse aspecto não é diferente da de outros países. Ele cita reportagem da BBC Brasil de 2014, segundo a qual em 30% das principais competições esportivas mundiais, as vencedoras de modalidades femininas recebiam menos dinheiro do que os vencedores de modalidades masculinas em prêmios.



ATUAÇÃO DO PTB FOI FUNDAMENTAL PARA MELHORAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ MARCELO MORAES



A participação do PTB nos debates sobre a reforma da Previdência foi fundamental para que fossem retirados do texto original alguns pontos que prejudicavam o cidadão, principalmente o de menor renda. A afirmação é do deputado Marcelo Moraes (RS), que representa o partido na comissão especial da Câmara que analisa a reforma.

“A proposta veio, por parte do governo, quase como se fosse uma planilha de custos. O governo não entendeu que a Previdência, além

“A proposta veio, por parte do governo, quase como se fosse uma planilha de custos. Ele não entendeu que a Previdência, além da parte financeira, também cumpre um papel social.”

da parte financeira, também cumpre um papel social no nosso País. E nós, do PTB, identificamos, desde o início dessa discussão, alguns pontos fundamentais que deveriam ser alterados para que o partido pudesse avançar no apoio à matéria”, declara o parlamentar.

Aposentadoria rural

Entre os pontos retirados do texto pela atuação do PTB, Marcelo Moraes cita as mudanças que estavam previstas na aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). O partido também atuou contra a capitalização e a desconstitucionalização das mudanças ligadas à Previdência.

O deputado ressalta que o substitutivo apresentado pelo relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), ainda precisa ser aprimorado, e cita o cálculo do valor das aposentadorias.

“Atualmente, no cálculo da aposentadoria, são aproveitados os 80% dos melhores salários. Isso está sendo retirado dessa proposta, fazendo com que diminua o valor dos benefícios”, critica.



EDUARDO COSTA APRESENTA INCENTIVO AO USO DE ENERGIA SOLAR, EÓLICA E DE BIOMASSA NO BRASIL

Está em análise na Câmara projeto do deputado Eduardo Costa (PTB-PA) que vai incentivar a geração e o consumo de energia elétrica proveniente de fontes alternativas, principalmente as renováveis, como eólica, solar e de biomassa (PL 1752/19).

A proposta obriga as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica a realizarem, todos os anos, chamada pública para comprar energia produzida a partir de empreendimentos com base em fontes hidráulica, solar, eólica e de biomassa, com capacidade instalada de até 30.000 kW.

O montante mínimo de energia a ser contratado dessa maneira corresponderá a 10% do montante anual estimado para o mercado consumidor.

“Com a proposta, pretendo avançar na legislação que dispõe sobre



fontes renováveis de energia no Brasil, para permitir uma maior participação das fontes limpas na matriz

“Pretendo avançar na legislação sobre fontes renováveis de energia no Brasil, para permitir uma maior participação das fontes limpas na matriz elétrica do País.”

elétrica do País, agregando ganhos ambientais, energéticos e econômicos”, afirma Eduardo Costa.

Ranking

O Brasil ocupa a oitava colocação no ranking dos países que mais produzem energia eólica mundial, com mais de 500 parques eólicos instalados no território.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Eólica, o mercado brasileiro está em expansão. A potência instalada no País passou de 2,2 gigawatts (GW), em 2013, para 14,8 GW, em março de 2019, representando 8% da matriz energética nacional.

Outra fonte limpa é a energia solar fotovoltaica. Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o Brasil deverá ter um salto de 44% na capacidade instalada de energia solar neste ano.

PEDRO AUGUSTO DEFENDE ISENÇÃO DE SETE IMPOSTOS PARA SETOR DE TURISMO RELIGIOSO

O deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE) apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que permite incentivos tributários para o turismo religioso de qualquer credo, além de proibir a discriminação contra as religiões na isenção de sete impostos (PL 2870/19).

“O objetivo é contribuir para a conservação dos destinos do turismo religioso e para melhorar as condições de infraestrutura oferecida ao turista religioso. Como consequência, haverá aumento do interesse por essa modalidade turística, com vários efeitos econômicos e sociais benéficos”, prevê o parlamentar.

A proposta permite que os pres-

tadores de serviços de turismo religioso e as entidades que mantêm ou administram igrejas, santuários, monumentos e museus de relevância para o turismo religioso importem produtos ou comprem no mercado interno sem ter que arcar com Imposto de Importação, IPI, Cofins, Cofins-Importação, PIS/Pasep, PIS/Pasep-Importação e AFRMM.

O projeto também classifica o turismo religioso como o conjunto das atividades turísticas que têm como objetivo principal a celebração religiosa, em todas as suas formas, e o conhecimento do patrimônio histórico, cultural ou patrimonial associado a religiões.



Indústria turística

Segundo Pedro Augusto, uma das vertentes mais promissoras de toda a indústria turística é a do turismo religioso.

“O setor religioso é responsável, anualmente, por mais de 300 milhões de viagens em todo o mundo. Segundo o Ministério do Turismo, no Brasil, o turismo religioso engloba mais de 300 destinos e injeta R\$ 15 bilhões em economias locais, com hospedagem, alimentação e venda de artesanato”, destaca.

Ele ainda ressalta um aspecto do turismo religioso: a demanda por viagens com motivação religiosa é menos afetada pelas alterações econômicas, já que, em geral, elas acontecem em razão de interesses pessoais mais profundos e perenes.

PROJETO DE EMANUEL PINHEIRO NETO OBRIGA GOVERNO FEDERAL A CORRIGIR VALOR PAGO COM ATRASO A PREFEITURAS E ESTADOS



O deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT) apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que obriga o governo federal a corrigir, de acordo com a inflação, os valores pagos a estados e municípios, quando houver atraso nos repasses devidos às prefeituras e aos governos estaduais (PLP 74/19).

A proposta muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000) e determina que os recursos referentes a convênios ou a programas executados em parceria com os estados e municípios que não forem repassados durante o exercício financeiro em que foram empenhados serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A correção deverá ocorrer a partir da data do empenho até a data do efetivo pagamento ao ente beneficiário nos exercícios subsequentes.



Metas fiscais

“Nos últimos anos, temos assistido a uma prática recorrente no governo federal de postergar pagamentos de convênios celebrados com estados e municípios ou atrasar a liberação de recursos para os mesmos entes federativos, quase sempre sob o pretexto de assegurar o cumprimento das metas fiscais de cada exercício financeiro”, explica o parlamentar.

Desta forma, segundo Emanuel Pinheiro Neto, estados e municípios ficam sobrecarregados com as responsabilidades e os prejuízos orçamentários.

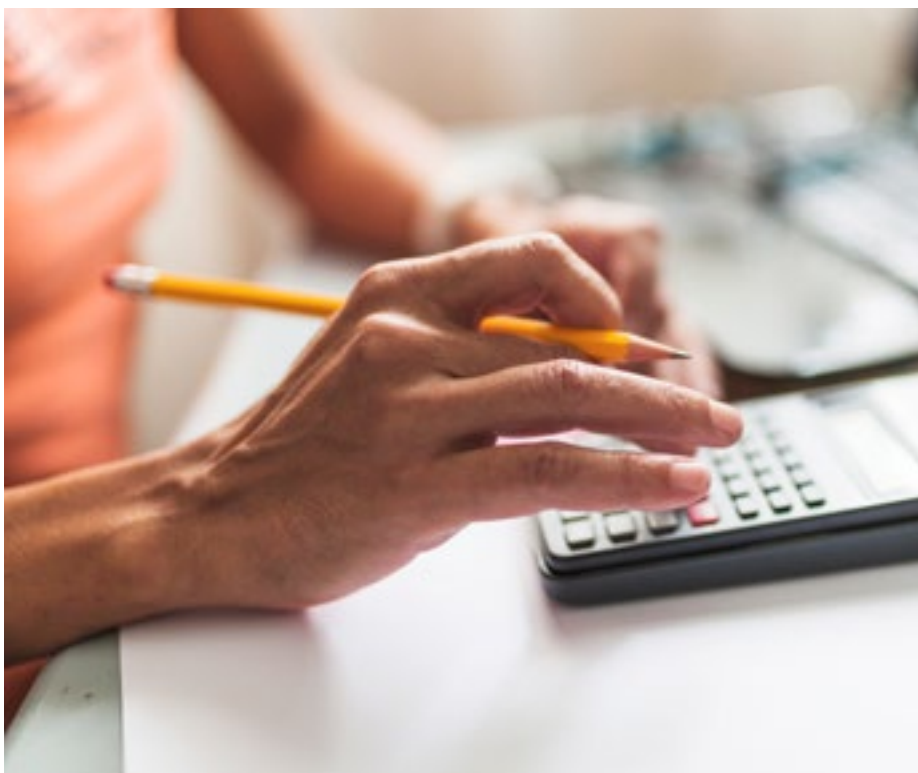
De acordo com o parlamentar, a proposta busca retomar a margem de investimento dos entes federativos, que, com a atualização monetária dos pagamentos atrasados, podem aumentar o poder de compra e oferecer serviços de qualidade à população.

WILSON SANTIAGO PROPÕE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PARA QUEM RECEBE ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

A Câmara dos Deputados analisa projeto de lei do deputado Wilson Santiago (PTB-PB) que corrige a tabela do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), isentando contribuintes com renda menor ou igual a cinco salários mínimos por mês de pagarem o imposto, alterando, ao mesmo tempo, as alíquotas para as faixas de renda superiores (PL 2649/19).

“Há 12 anos a correção da tabela do Imposto de Renda vem ocorrendo abaixo da própria inflação. Isso tem causado uma desvalorização na tabela em torno de 90% nesses mesmos 12 anos. Portanto, esse é o principal objetivo do projeto: fazer justiça aos brasileiros, restringindo a voracidade do Fisco, limitando o seu poder de tributar injustamente”, explica o parlamentar.

Wilson Santiago lembra que a Receita Federal atualiza a tabela progressiva do IRRF, ou seja, do tributo cobrado do contribuinte, de acordo com a inflação. Porém, o mesmo não ocorre com a tabela de rendimentos do cidadão. Com isso,



“Hoje, temos uma carga tributária em cima do trabalhador brasileiro que chega, em determinado ponto, até a quase 50%. Oficialmente, é 37%.

ao longo dos anos, a Receita Federal tem ampliado o número de pessoas obrigadas a pagar o Imposto de Renda.

“Hoje, temos uma carga tributária em cima do trabalhador brasileiro que chega, em determinado ponto, até a quase 50%. Oficialmente, é 37%”, destaca.

Atualização

Segundo a proposta do deputado, até cinco salários mínimos, que é o valor correspondente a R\$ 4.990,00, o cidadão estará isento da contribuição do imposto de renda. Entre cinco e sete salários mínimos, de R\$ 4.990,01 a R\$ 6.986,00, incidirá alíquota de 7,5% para o contribuinte. Entre sete e nove salários mínimos, de R\$ 6.986,01 a R\$ 8.982,00, a alíquota será de 15%. Já entre nove e dez salários mínimos, de R\$ 8.982,01 a R\$ 9.980,00, recairá alíquota de 22,5%. Por fim, de dez salários mínimos em diante, acima de R\$ 9.980,00, a alíquota será de 27,5%.



LUÍSA CANZIANI: COMISSÃO TERÁ OBSERVATÓRIO PARA ANALISAR PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada federal Luísa Canziani (PTB-PR), vai ter um observatório para coletar e analisar dados referentes à participação feminina no processo eleitoral: o Observatório de Participação Política da Mulher.

O requerimento apresentado pela parlamentar solicitando a criação do grupo de análise foi aprovado pelo colegiado.

Segundo Luísa, o observatório servirá de instrumento para tentar entender e compreender os mecanismos que influenciaram o aumento de cadeiras femininas na política nacional.

Nas eleições de 2018, foi escolhida a maior bancada feminina na história da Câmara dos Deputados, com 77 mulheres ocupando cadeiras na Casa. Na Legislatura anterior, esse número era de 51



deputadas. Crescimento semelhante foi identificado nas assembleias legislativas, onde o número de deputadas estaduais passou de 120 para 164.

“Esse aumento pode ser tributado a diversos fatores, objetivos e subjetivos. Isso dificulta sua análise e requer o uso de metodologias científicas para encontrar respos-

tas concretas à questão de quais fatores mais contribuem para o aumento do número de mulheres nos parlamentos brasileiros”, explica Luísa Canziani.

O observatório também será usado para oferecer suporte na construção de leis que ampliem ainda mais o espaço da mulher na política.

NO ANIVERSÁRIO DO PARQUE, PAES LANDIM GANHA TÍTULO DE AMIGO DA SERRA DA CAPIVARA



O deputado federal Paes Landim (PTB-PI) foi homenageado nas comemorações dos 40 anos de criação do Parque Nacional da Serra da Capivara com o título de Amigo do Parque Nacional. Nas últimas décadas Paes Landim se destacou pelos relevantes serviços prestados no repasse de recursos, viabilização de projetos e apoio institucional à conservação e ao desenvolvimento das pesquisas e estrutura do Parque Nacional da Serra da Capivara.

“É motivo de grande orgulho para nós, um grande agradecimento e imenso incentivo a conti-

nuar trabalhando por lá”, declarou o parlamentar.

Reconhecimento

Concedido anualmente pela chefia da unidade de conservação, o título de Amigo do Parque Nacional é um reconhecimento público as pessoas que se dedicaram para contribuir com o desenvolvimento sustentável da região reconhecendo o patrimônio natural da Caatinga, a riqueza científica e as tradições culturais dos povos que viveram e vivem na área.

(Com informações de saoraimundo.com)

MAURÍCIO DZIEDRICKI APRESENTA PROJETO DE LEI QUE CRIA CADASTRO NACIONAL DE PEDÓFILOS



O deputado Maurício Dzedricki (PTB-RS) apresentou à Câmara projeto de lei que cria o Cadastro Federal de Informações para a Proteção da Infância e da Juventude, o Cadastro Nacional de Pedófilos (PL 1859/19). O banco de dados reunirá informações de pessoas indiciadas ou condenadas por crimes sexuais contra crianças e adolescentes em todo o território nacional.

Segundo o parlamentar, o Cadastro Nacional de Pedófilos vai garantir maior efetividade na prevenção desse crime aos integrantes

“Entendemos que um cadastro único nacional, além de possibilitar um ponto de partida para investigações policiais, certamente facilitará o monitoramento do suspeito.”



dos órgãos da Justiça e da segurança pública, além de outros servidores públicos envolvidos na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, como conselheiros tutelares.

Serão incluídas no cadastro as pessoas com condenação transitada em julgado pelos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Penal.

Silêncio da vítima

Maurício Dzedricki foi, como deputado estadual, o autor do projeto que criou o Cadastro de Pedófilos no Rio Grande do Sul. De acordo com o deputado, uma das dificuldades na apuração de crimes dessa natureza está ligada ao silêncio da vítima, que por medo de novas agressões, ou por não querer reviver o sofrimento, prefere não fazer a denúncia.

“Entendemos que um cadastro único nacional, além de possibilitar um ponto de partida para investigações policiais, certamente facilitará o monitoramento do suspeito, seja pelas autoridades policiais, pelos conselhos tutelares e até mesmo pelos próprios pais”, explica.

RONALDO SANTINI: FRENTES PARLAMENTARES LUTAM PARA MELHORAR ESTRADAS DO SUL DO BRASIL

A pedido do deputado Ronaldo Santini (PTB-RS), foram lançadas duas frentes parlamentares no Congresso Nacional que já estão trabalhando pela conclusão de rodovias BR-470, que liga Navegantes (SC) a Camaquã (RS), e BR-285, no trecho de São José dos Ausentes (RS) a Araranguá, no litoral de Santa Catarina.

Santini preside as frentes da BR-470 e BR-285, que têm como objetivo a promoção de debates e ações para o término das obras. Também foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Extensão da BR-448, presidida pelo deputado Lucas Redecker (PSDB-RS).

“As três rodovias que estão sendo trabalhadas pelas frentes são de extrema importância para o escoamento da produção gaúcha. Elas transformam o modal do trans-



porte rodoviário do nosso estado. O Parlamento poder fazer esse trabalho em parceria com associações municipais, comerciais e industriais, de uma forma conjunta entre Senado e Câmara, demonstra a importância que tem esse tema para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”, afirma.

O deputado também pondera que, no Brasil, onde existem tantas prioridades e poucos recursos financeiros, alcança seus objetivos aquele que consegue juntar mais pessoas em torno de uma causa.

“E é isso que estamos tentando demonstrar aqui: que essa é uma causa que transcende as ideologias

partidárias e políticas, que transcende os interesses individuais e que une o Rio Grande do Sul. Por isso, temos muita confiança de que as obras para a conclusão das rodovias vão andar com muito mais celeridade”, prevê.

Em reunião no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Santini solicitou ao diretor do órgão para que não cancele recursos que estavam previstos para a obra da BR-285 de São José dos Ausentes até Santa Catarina e também que aloque os recursos necessários para a realização do projeto de duplicação de importantes trechos da BR-470.

NIVALDO ALBUQUERQUE PROPÕE PROGRAMA DE ABATEDOUROS PÚBLICOS PARA AJUDAR PEQUENOS PECUARISTAS

O deputado Nivaldo Albuquerque (PTB-AL) apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei que cria um programa federal para estimular a construção e a modernização de abatedouros públicos, principalmente nos municípios menores no interior do País (PL 2979/19).

Com o Programa de Fomento à Construção, Modernização e Adequação de Abatedouros Públicos, o parlamentar pretende facilitar o acesso dos pequenos produtores de carnes a equipamentos adequados para o abate de rebanhos.

“É comum, nos municípios do interior do País, principalmente nas regiões onde predomina a atividade pecuária de corte, a existência de abatedouros que pertencem às prefeituras. Apesar da sua importância para o escoamento e venda da pro-



dução da carne, muitas vezes, não há recursos para manter esses locais de acordo com as regras de vigilân-

cia agropecuária, saúde e bem-estar animal. Isso leva à desativação dos abatedouros”, explica o parlamentar.

O programa também deve, segundo ele, desestimular os abatedouros clandestinos ou os que funcionam fora das exigências dos órgãos de fiscalização agropecuária.

“O cidadão precisa abater o animal que ele produz e tem que fazer isso da forma mais barata possível, para ter lucro. Se o produtor for levar esse animal para ser abatido numa região diferente, passa a ter o custo do deslocamento e o custo para trazer o animal abatido em uma câmara fria, para poder ser vendido na cidade de origem. Isso vai aumentar o preço do produto final que o cidadão irá consumir”, pondera.

PROPOSTA DE PAULO BENGTON PREVÊ TRATAMENTO PARA CÃES COM LEISHMANIOSE EM VEZ DE EUTANÁSIA



Projeto de lei do deputado Paulo Bengton (PTB-PA) pretende promover o controle da eutanásia de animais portadores de leishmaniose visceral canina (PL 884/19).

O texto prevê a possibilidade de o tutor do cão optar por tratamento medicamentoso orientado por ve-

terinário inscrito em órgão local de controle de zoonoses. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados.

“O projeto procura garantir aos proprietários o direito de tratarem seus animais em vez de sacrificá-los, arcando não apenas com os altos custos do tratamento, mas também com o compromisso de que os animais possam ser acompanhados pelos órgãos de controle de zoonoses”, explica o parlamentar, que também é médico veterinário.

Vacina

A proposta ainda obriga o poder público a disponibilizar vacina de prevenção à leishmaniose, que de-

verá ser oferecida gratuitamente pelos órgãos de controle de zoonoses e canis públicos dos municípios.

Para a obtenção da vacina, o tutor deverá apresentar exame que comprove que o animal não está infectado pela doença. O exame deverá acompanhar o certificado de vacina cada vez que for solicitado pelas autoridades municipais.

“Ao contrário do que tem sido divulgado, a Organização Mundial de Saúde e vários pesquisadores questionam a eficácia do sacrifício de animais como medida de combate à leishmaniose visceral canina”, destaca Paulo Bengton.

(Com informações do Câmara Notícias)

NOSSO TIME DE PARLAMENTARES QUE FAZEM A DIFERENÇA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputado federal

**Eduardo
Costa**



Deputado federal

**Emanuel
Pinheiro Neto**



Deputada federal

**Luísa
Canziani**



Deputado federal

**Marcelo
Moraes**



Deputado federal

**Maurício
Dziedricki**



Deputado federal

**Nivaldo
Albuquerque**



Deputado federal

**Paes
Landim**



Deputado federal

**Paulo
Bengtson**



Deputado federal

**Pedro Augusto
Bezerra**



Deputado federal

**Pedro Lucas
Fernandes**



Deputado federal

**Ronaldo
Santini**



Deputado federal

**Wilson
Santiago**

PTB NA
CÂMARA

O PTB na Câmara também é digital

Acesse e fique por dentro:


 [facebook/ptbnacamara](https://facebook.com/ptbnacamara)

 [instagram/ptbnacamara](https://instagram.com/ptbnacamara)


 [youtube/ptbnacamara](https://youtube.com/ptbnacamara)

 [Twitter/ptbnacamara](https://twitter.com/ptbnacamara)

 [flickr/liderancaptb](https://flickr.com/photos/liderancaptb)

 +55 (61) 98561-0382

 imprensa@ptbnacamara.com.br

 +55 (61) 3215-9503

www.ptbnacamara.com.br